

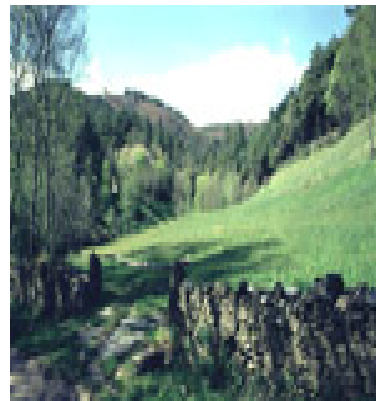
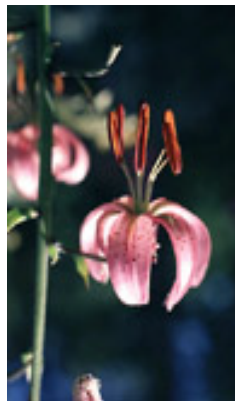
TURISMO DE NATUREZA

ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

PARQUE NATURAL DE MONTESINHO



2000 - 2006



ICN 

INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Nota introdutória

O presente Enquadramento Estratégico visa enquadrar as principais potencialidades para o desenvolvimento do turismo de natureza nesta Área Protegida (AP) em cumprimento do artº 5º da Portaria Nº 1214-B/2000 de 27 de Dezembro (SIVETUR), tendo sido aprovado pela Comissão Paritária no dia 26 de Julho de 2001.

Salienta-se que todos os projectos que incluam actividades e instalações turísticas nesta AP devem ser sujeitos ao cumprimento da legislação em vigor e particularmente do disposto nos diplomas que estabelecem e regulamentam o Turismo de Natureza – Decreto Lei Nº 47/99 de 16 de Fevereiro, Decreto Regulamentar Nº 2/99 de 17 de Fevereiro e Decreto Regulamentar Nº 18/99 de 27 de Agosto.

SUMÁRIO

I - Caracterização da Área Protegida

1. Caracterização geográfica e biofísica

1.1 Património natural

1.1.1 Flora e vegetação

1.1.2 Fauna

2. Caracterização administrativa

3. Caracterização sócio - económica

3.1 População residente

3.2 Actividades económicas

3.2.1 Produção agrícola

3.2.2 Produção florestal

3.3 Património histórico – cultural

II – Potencialidades para o Turismo de Natureza

1. Potencialidades e recursos

1.1 Enquadramento nas principais potencialidades e características da AP

1.2 Especificação dos principais recursos

2.. Modalidades de Turismo de Natureza

2.1. Alojamento

2.2. Animação Ambiental

2.2.1 Animação

2.2.2. Interpretação Ambiental

2.2.3.Desporto de Natureza

3. Implicações complementares

3.1. Formação Profissional

3.2. Criação de micro e pequenas empresas locais

I - Caracterização da Área Protegida

1. Caracterização geográfica e biofísica

O Parque Natural de Montesinho fica situado no extremo Nordeste de Portugal, na região de Trás -os-Montes, abrangendo a parte Norte dos concelhos de Bragança e Vinhais e engloba as áreas das Serras de Montesinho e Coroa.

Os seus limites actuais são a Oeste, Norte e Este a fronteira com Espanha e a Sul grosseiramente uma linha que passa por Bragança e Vinhais.

Está confinado pelos meridianos 6' 30' e 7' 12' de longitude Oeste de Greenwich, respectivamente a Este e a Oeste. A sul está limitado pelo paralelo 41' 47' de latitude norte e a Norte pelo paralelo 42' de latitude Norte.

A superfície do P.N.M. ronda pelos 75.000 hectares, e a sua morfologia caracteriza-se por apresentar relevos suaves, resultantes de formações geológicas do Precâmbrico e Paleozóico.

As suas altitudes variam entre os 438 metros, no rio Mente, no extremo Ocidental, e os 1481 metros na Serra de Montesinho.

A região do P.N.M. situa-se na chamada Terra Fria Transmontana, apresentando, no entanto aspectos de transição em pequenas áreas localizadas no fundo dos vales dos Rios Mente e Rabaçal na parte ocidental junto a Gimonde e Quintanilha.

De uma maneira geral a **pluviosidade** é mais elevada na parte ocidental e da Serra de Montesinho. Assim, na zona de Vinhais as precipitações rondam os 1.000 e 1.100 mm (médias anuais), sendo superiores a 1.400 mm na Serra da Coroa; na parte Oriental ocorrem entre os 800 e os 1.000 mm, sendo superiores a 1.400 mm na Serra de Montesinho. O regime de chuvas é o mesmo em toda a área, apresentando a característica mediterrânea de ocorrência de chuvas na estação fria.

No que diz respeito à **temperatura**, a sua média anual situa-se entre os 9°C e os 12°, nos meses mais frios varia entre 3° a 5°C e 20 a 21°C no mês mais quente; estes valores nas Serras de Montesinho e Coroa variam entre os 2° e 3° C e 16° e 18°C., respectivamente. De uma maneira geral a área é caracterizada por Invernos frios e longos e Verões curtos e quentes. Nas Serras de Montesinho e Coroa, acima dos 1.100 e 1.200 metros, os Invernos são duros e os Verões curtos e frescos. As quedas de neve são frequentes entre Dezembro e Março, podendo observar-se 40 e 50 dias com precipitação de neve nas partes altas, ocorrendo na restante área um número de dias com queda de neve, que em média varia entre 10 e 20

Os **recursos hídricos de superfície** encontram-se caracterizados ao nível do conjunto da Bacia Hidrográfica do Rio Douro, inserindo-se a área do P.N.M. na região Douro 2,

Nesta região o balanço hídrico demonstra que as disponibilidades hídricas médias são muito superiores às necessidades globais de água (Gonçalves Henriques, 1987).

Os principais rios são, na parte ocidental o Mente e o Rabaçal, na Central, o Tuela e o Baceiro e na Oriental o Sabor e o Maçãs.

Estes rios nascem no interior do PNM ou no território espanhol, a pouca distância, reflectindo-se no terreno com a presença de vales em forma de “V”.

Relativamente a **grandes superfícies de água** encontra-se construída a albufeira da Serra Serradas e encontra-se em construção a albufeira de Veiguiñas. O abastecimento de água a populações no exterior da área do P.N.M. constitui o aproveitamento principal destas barragens e complementarmente a produção de energia.

Os **recursos hídricos subterrâneos** e mineromedicinais não se encontram levantados ao nível de previsão da escala 1/50.000, contudo são conhecidas as águas de Sandim, Moimenta e Santa Cruz.

1.1. Património natural

1.1.1. Flora e Vegetação

A diversidade geológica, climática e orográfica que caracterizam o PNM, em conjugação com o elevado grau de antropomorfização da região, condicionaram o aparecimento de numerosas unidades vegetais que sustentam uma elevada diversidade florística.

Os bosques caducifólios de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), os bosques perenifólios de *Quercus rotundifolia* (azinheira) – conhecidos na região por sardoais - e as linhas de vegetação higrófila ripícola (freixiais, amiais, choupais e salgueirais) constituem as principais unidades de vegetação arbórea autóctone, representando os dois primeiros grupos cerca de 10 % (7 400 ha) da superfície total desta Área Protegida (dados obtidos com base na interpretação fotografia aérea falsa-cor do ano 1990). Devido à acção humana grande parte dos carvalhais e sardoais foram substituídos por comunidades de arbustivas, culturas agrícolas, soutos de castanheiros ou plantações de espécies florestais resinosas.

Os matos ocupam uma área significativa desta região (cerca de 32%) uma vez que representam as etapas sucessionais que se seguem à destruição de um bosque autóctone ou ao abandono de um terreno agrícola. Quando os solos se encontram pouco erodidos, com características florestais acentuadas, as comunidades arbustivas que se instalam são giestais de flor amarela (*Cytisus* sp.), se a etapa climácica corresponder a bosques de *Quercus pyrenaica*, ou giestais de *Genista hystrix* e giesta de flor branca (*Cytisus multiflorus*) e medronhais (dominados por *Arbutus unedo*), se a etapa climácica corresponder a bosques de *Quercus rotundifolia*. Em solos degradados pela erosão instalam-se urzais-tojais, dominados pelas urzes (*Erica* sp.) e pelo tojo molar (*Ulex minor*) – comuns nas zonas mais húmidas e ocidentais do Parque -, urzais de *Erica australis*, *E. umbellata*, *Chamaespartium tridentatum* (carqueja) e *Halimium alyssoides* (sargaço) – formações comuns nas zonas centrais e orientais do Parque - ou estevais dominados por *Cistus ladanifer* (esteva), *Lavandula sampaiiana* (arçã) e *Thymus mastichina* (sal puro) – frequentes nas cotas inferiores das regiões central e oriental.

Os terrenos agrícolas abandonados, sobretudo após a prática cerealífera, ocorrem em toda a área do PNM e representam um elemento importante do panorama do coberto vegetal desta AP. A sua dinâmica vegetacional depende de numerosos factores ecológicos sendo os mais relevantes o pastoreio, a proximidade de comunidades fornecedoras de sementes, as características edáficas e a altitude. De uma forma geral, a giesta de flor branca, acompanhada nas cotas mais baixas pela arçã, é o arbusto que primeiramente coloniza estes espaços.

O sistema de agricultura praticado na área do PNM caracteriza-se por uma nítida correlação entre as culturas praticadas, a distância às povoações, a disponibilidade de água para rega e a fisiografia do terreno. O cultivo de cereais de sequeiro - centeio, trigo, aveia e cevada – (segundo o Recenseamento Agrícola de 1989, Instituto Nacional Estatística, os cereais ocupavam cerca de 13,5% da área do PNM) é praticado no exterior das povoações, em zonas planálticas ou de encosta, em rotação cereal-pousio dependendo o número de anos de pousio do fundo de fertilidade dos solos. Dentro dos povoados ou na sua periferia, os solos de coluvião ou aluvião são ocupados por culturas temporárias como a batata, o nabo, o feijão e o milho.

Os lameiros, prados naturais cuja água de rega provém dos cursos de água ou das precipitações, e cuja manutenção depende da aplicação de técnicas tradicionais de manejo (fenação e/ou pastoreio), dispersam-se pelas zonas ribeirinhas de toda a área do Parque ocupando o espaço de antigos freixiais. A sua heterogeneidade, motivada por grandes diferenças na morfologia do terreno, tipo de solo e disponibilidade de água, torna-os elementos fundamentais da paisagem vegetal desta região e territórios de uma enorme e complexa riqueza florística. Nos últimos tempos tem-se vindo a verificar o abandono progressivo dos lameiros, sobretudo dos mais distanciados das povoações, que rapidamente são colonizados por vegetação arbustiva ou por plantas sem interesse para a alimentação animal.

Os soutos de castanheiro (*Castanea sativa*), sobretudo para produção de fruto, representam a maioria dos terrenos agrícolas ocupados com culturas perenes – aprox. 2 250 ha, 3% da área do PNM, em 1990 - (para além dos soutos existem também pomares, olivais, vinhas e plantações de lúpulo). Nos últimos anos, os incentivos comunitários e a evolução estimulante no mercado de exploração da castanha, promoveram um incremento significativo da área ocupada por esta espécie. Porém, a susceptibilidade do castanheiro a pragas e doenças determinada por factores genéticos e, sobretudo, por factores climáticos, edáficos (solos erosionados, baixos teores de matéria orgânica, mau arejamento,...) e por práticas culturais erradas (mobilizações excessivas, podas incorrectas, adubações desequilibradas, instalação de soutos em locais sem aptidão,...), colocam sérias reservas quanto ao futuro de grande parte dos soutos desta região.

Os povoamentos de espécies florestais resinosas, sobretudo Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), P. silvestre (*P. sylvestris*) e P. negro (*P. nigra*), representam uma parcela significativa da área total do Parque – cerca de 13% (9 700 ha) – e da superfície florestal total desta AP – aprox. 50%. Os modelos silvícolas adoptados, baseados em composições monoespecíficas, estruturas equiénias e com recurso a espécies de grande inflamabilidade e que demonstraram pouca adaptação às condições edafo-climáticas locais, aliado à ausência de intervenções culturais, originaram povoamentos com elevados riscos de incêndio, más condições fitossanitárias e, conseqüentemente, baixas produtividades.

1.1.2. Fauna

No Parque Natural de Montesinho ocorre uma fauna de montanha especialmente rica e diversificada. Encontram-se presentes cerca de 75% das espécies de mamíferos terrestres de Portugal Continental, sendo de salientar que muitas das espécies deste grupo, que têm estatuto de "ameaçado" no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal, ocorrem nesta área com populações estáveis e em relativa abundância. Exemplo disso, são o lobo-ibérico (*Canis lupus signatus*), o gato-bravo (*Felis silvestris*), a lontra (*Lutra lutra*) e a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), espécies que surgem também na Directiva 92/43/CEE como sendo de interesse comunitário e que exigem uma protecção rigorosa (Anexo IV). Nesta área existem também populações relativamente estáveis ou em expansão de mamíferos de distribuição restrita em Portugal, como é o caso do esquilo (*Sciurus vulgaris*), do arminho (*Mustela erminea*) e da marta (*Martes martes*). O Parque Natural de Montesinho apresenta ainda a singularidade de ser a única área em Portugal onde ocorrem simultaneamente, e em populações abundantes, as três principais presas selvagens do lobo: o javali (*Sus scrofa*), o corço (*Capreolus capreolus*) e o veado (*Cervus elaphus*).

No grupo das aves, esta área encerra uma diversidade enorme, ocorrendo regularmente cerca de 150 espécies, das quais 130 são dadas como nidificantes. Algumas destas espécies têm o estatuto de "em perigo" de extinção no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal como é o caso da águia-real (*Aquila chrysaetos*) e da cegonha-negra (*Ciconia nigra*).

É no entanto um conjunto de espécies que ocorrem no Parque Natural de Montesinho com populações importantes a nível nacional e que se encontram globalmente ameaçadas na Europa (Anexo I da Directiva 79/409/CEE) que dão a esta Área Protegida o estatuto de Zona de Protecção Especial (ZPE) para as aves. Entre estas espécies são de destacar o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), o tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), o bufo-real (*Bubo bubo*), o noitibó (*Caprimulgus europaeus*), a cotovia-pequena (*Lullula arborea*), a petinha-dos-campos (*Anthus campestris*), a toutinegra-tomilheira (*Sylvia undata*), o picanço-de-dorso-vermelho (*Lanius collurio*) e a sombria (*Emberiza hortulana*).

Em relação aos grupos dos répteis e dos anfíbios no Parque ocorrem cerca de 50% dos endemismos ibéricos ocorrentes em Portugal. Esta área é particularmente importante, pela qualidade e quantidade de *habitat* rípico, para a conservação de dois endemismos ibéricos: o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a rã-ibérica (*Rana iberica*).

Embora no grupo dos peixes a diversidade específica seja relativamente baixa, o Parque Natural de Montesinho é uma área de extrema importância para a conservação de uma espécie deste grupo: truta-de-rio (*Salmo trutta*).

2. Caracterização administrativa

De acordo com o critério das Nomenclaturas de Unidades Territoriais, o PNM encontra-se inserido na NUT III do Norte de Portugal.

O PNM é abrangido por uma Região de Turismo (*Região de Turismo do Nordeste Transmontano*), por dois distritos: distrito de Bragança com 17 freguesias e distrito de Vinhais com 23 freguesias.

3. Caracterização sócio – económica

3.1. População Residente

A área do Parque Natural de Montesinho, na fronteira norte do continente, tem sofrido desde 1960 o abandono contínuo da sua população que tem procurado noutras regiões melhores condições de vida.

Segundo os dados dos censos de 1960 e 1991, o Parque sofreu uma forte recessão demográfica (52,8%) ou seja, perdeu mais de metade dos seus residentes, o que significa ter 20 140 habitantes em 1960 e 9 506 em 1991.

Trata-se de uma Área em que os baixos rendimentos da terra e os baixos salários do trabalho do campo têm provocado o êxodo dos pequenos camponeses e dos trabalhadores que só vêm na migração a única alternativa para a melhoria do seu nível de vida.

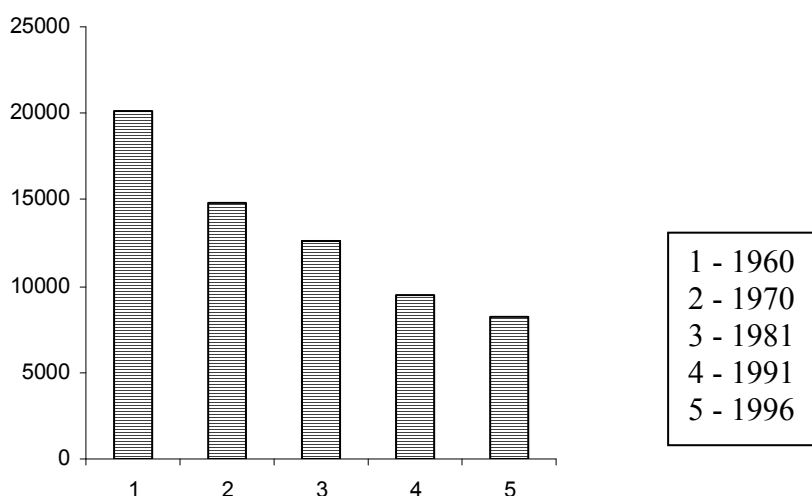
O distrito de Bragança, de que faz parte, longe das áreas mais desenvolvidas do litoral onde há grande concentração urbana, industrial e de serviços, tem demonstrado incapacidade de gerar dinâmicas atractivas para fixar população. Perdeu 32,4% dos seus efectivos entre 1960 e 1991, que têm migrado com maior incidência, em direcção aos grandes centros do litoral e para fora do país (América do Sul e Europa).

Da análise da variação a nível de concelho, concluiu-se que a redução do número de efectivos é menos significativa no concelho de Bragança (11,9%), devido ao peso demográfico que exerce a capital de distrito, enquanto o concelho de Vinhais regista uma perda de 52,1%.

A evolução mais recente, o quinquénio 91-96, reitera as tendências demográficas regressivas do Parque. De facto a Área atinge em 1996 uma população de 8 270 residentes o que indica que perdeu 13,0% da população que detinha cinco anos antes; 11,0% na área incluída dentro do concelho de Bragança (4 460 habitantes em 1996) e 13,7% para o correspondente ao concelho de Vinhais (3 810 habitantes em 1996).

POPULAÇÃO RESIDENTE NO P.N.M. (1960 - 1970 - 1981 - 1991 - 1996)

| ÁREA DO P.N.M. | Nº DE HABITANTES | | | | |
|----------------|------------------|--------|--------|-------|-------|
| | 1960 | 1970 | 1981 | 1991 | 1996 |
| | 20 140 | 14 850 | 12 593 | 9 506 | 8 270 |



Fontes: I.N.E. – Recenseamentos Gerais da População – 1960 – 1970 – 1981 – 1991

P.N.M. – Inquérito à População - 1996

Nesta Área Protegida a diminuição da população desde 1960 a 1996, é comum em todas as freguesias, parcial ou totalmente incluídas. Assim:

- todas as freguesias apresentam variações negativas. A perda de população no total do Parque é de 58,9%;
- a regressão é superior no concelho de Vinhais (63,9%) que no concelho de Bragança (53,5%);
- os centros urbanos de Bragança e Vinhais suavizam gradualmente as perdas de população por freguesia, à medida que estas se aproximam das suas respectivas órbitas de influência, exercendo maior peso a cidade de Bragança por ser a capital de distrito.

Tendo em conta as freguesias do Parque dentro do concelho de Vinhais, verifica-se que os decréscimos populacionais chegam a atingir valores superiores a 70%, podendo estabelecer-se dois semicírculos de variações diferentes em volta do núcleo urbano:

- primeiro semicírculo, mais afastado do centro e mais próximo da fronteira, formado pelas freguesias com decréscimos populacionais superiores a 60%. São as freguesias de Fresulfe (70,2%), Mofreita (73,8%), Moimenta (74,3%), Montouto (68,5%), Pinheiro Novo (74,1%), Quirás (73,9%), Santa Cruz (73,7%), Santalha (65,5%), Soeira (67,7%) e Vilar Seco de Lomba (61,7%);
- um segundo semicírculo mais próximo do centro e mais afastado da fronteira, que compreende as freguesias com uma variação de 50% a 60%: Paçó (58,5%), Travanca (59,1%), Tuiselo (59,5%), Vila Verde (58,5%) e Vilar de Ossos (56,2%);
- as freguesias de Vinhais e Edral, fragmentadas pelo limite do Parque, reduzem-se neste, aos aglomerados de Rio de Fornos e Sandim, respectivamente. O primeiro, apesar da proximidade de Vinhais, apresenta um grande decréscimo (68,5%); o segundo, sofre uma perda mais atenuada (57,3%).

Relativamente ao concelho de Bragança, os decréscimos populacionais são levemente inferiores, embora continuem sendo a principal característica da análise evolutiva:

- as perdas máximas, acima dos 60%, encontram-se no arco formado pelas freguesias de Aveleda (62,6%), Deilão (63,3%), Espinhosela (64,5%), França (61,3%) e S. Julião de Palácios (60,8%). Todas elas têm como limite a Espanha a Norte e a Este;
- decréscimos importantes, mas não tão acentuados como os anteriores, verificam-se nas freguesias cuja variação negativa se encontra entre os 50% e 60%: Babe (55,2%), Carragosa (57,9%), Parâmio (53,5%), Quintanilha (58,3%), Rabal (54,5%) e Rio de Onor (54,3%);
- as freguesias do Parque que circundam a Norte a capital distrital, Bragança, mostram as percentagens mais baixas de todo o território, são: Baçal (40,6%), Castro de Avelãs (37,1%), Donai (35,2%), Gondosende (43,9%) e Meixedo (47,6%);
- a freguesia de Gimonde apresenta o menor decréscimo populacional (17,2%) de todo o concelho de Bragança dentro do Parque, por ser a freguesia mais próximo do centro urbano e pela influência exercida pela estrada EN 218 (Bragança-Gimonde).

Tendo em conta a regressão por década, durante o período 1960-1991, concluímos que a máxima diminuição populacional do Parque se verificou entre os anos 60 a 70, sendo o concelho de Vinhais o que mais contribuiu. No concelho de Bragança a grande migração populacional dá-se na década 81 a 91.

POPULAÇÃO ACTIVA NO P.N.M. (1981 – 1991 – 1996)

| | NÚMERO DE HABITANTES | | |
|-----------------------|----------------------|-------|-------|
| | 1981 | 1991 | 1996 |
| ÁREA DO P.N.M. | 3 684 | 2 873 | 2 444 |

POPULAÇÃO ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE - 1996

| | Primário | | Secundário | | Terciário | | Total |
|-----------------------|----------|------|------------|------|-----------|------|-------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº |
| ÁREA DO P.N.M. | 1 446 | 59,2 | 353 | 14,4 | 645 | 26,4 | 2 444 |

3.2. Actividades económicas

3.2.1. Produção Agrícola

A população residente na área do Parque Natural de Montesinho obtém o rendimento económico nas suas explorações, baseado essencialmente na produção pecuária.

A produção agrícola, que já teve o papel principal na economia rural, tem vindo a diminuir de importância.

A produção agro-pecuária decorre num regime extensivo, devido às condições orográficas, climáticas e, fundamentalmente, à reduzida fertilidade dos solos desta região.

A agricultura praticada nesta área é de subsistência, reunindo potencialidades próprias de uma região de montanha, sendo pouco evoluída e rentável, vivendo muito dependente de apoios e subsídios.

As culturas arvenses de sequeiro mais frequentes são o trigo, o centeio, a aveia ou cevada e, mais recentemente o tritcale. A sucessão destes cereais na rotação de culturas é heterogénea, variando desde a monocultura de centeio intercalada com pousio durante um ou mais anos, à sementeira de nabal.

Os lameiros, prados naturais que apenas têm por água de rega a dos cursos de água e a proveniente das chuvas e do degelo das neves, são utilizados essencialmente num regime de corte e pastoreio.

A venda de feno, produto cada vez mais procurado devido à sua elevada qualidade quando se verifica excedentes, é um complemento económico das explorações agrárias.

Os frutos secos têm vindo a assumir um interesse crescente, principalmente a castanha tendo mais significado no concelho de Vinhais, verificando-se um aumento de área plantada, dado ser economicamente compensador.

Na zona central do Parque os castanheiros são explorados na forma de souto, destinados à produção de castanha.

A vinha e o olival, face às condições climatéricas adversas, têm pouca representatividade, sendo explorados para auto-consumo.

As culturas hortícolas existem principalmente para consumo próprio, embora possam constituir, em anos mais favoráveis, uma fonte de receita.

A actividade pecuária é cada vez mais a base da economia agrícola, contribuindo para a diminuição do êxodo rural.

Nesta área têm solar as raças bovina mirandesa, ovina churra galega bragançana e a suína bísara. Estes animais são os que, devido à sua rusticidade, melhor se adaptaram às condições climatéricas e ao tipo de pastoreio existente nesta zona, sendo produtores de carne de elevada qualidade.

A actividade pecuária contempla ainda a criação de aves (galinhas e patos), coelhos e a produção de mel, destinando-se quase exclusivamente ao consumo familiar. O mel já possui Denominação de Origem Protegida, tendo o seu aproveitamento comercial vindo a aumentar.

Os bovinos de raça mirandesa, ovinos galegos bragançanos e os caprinos serranos são produtores de carne de altíssima qualidade e já possuem a Denominação de Origem Protegida.

Esta classificação proporciona, aos agricultores, um ganho adicional dado que há cada vez mais consumidores dispostos a pagar um preço superior por aquela carne, verdadeiro *ex-libris* desta região.

O porco da raça bísara foi, juntamente com a castanha, a batata e o pão centeio, a base de alimentação das populações do Parque. Esta raça autóctone é produtora de carne de excelente qualidade, pouco atoucinhada e muito entremeada, que dá origem a um fumeiro de excepcional qualidade, tornado famoso pela Feira do Fumeiro que se realiza em Vinhais. A chouriça de carne e o salpicão de Vinhais já possuem a classificação de Indicação Geográfica Protegida, o que, além de estimular a procura, salvaguarda a qualidade e a genuinidade dos produtos. A procura do fumeiro tem vindo a crescer de ano para ano, assumindo-se como uma fonte complementar de receitas para as populações residentes na área do Parque Natural de Montesinho.

3.2.2. Produção Florestal

A produção florestal na área do Parque Natural de Montesinho assenta basicamente em duas vertentes, a tradicional baseada nas espécies autóctones (sub-) aproveitadas essencialmente para lenha e que apesar de não contabilizadas representam o grande volume da produção madeireira, e a floresta de produção constituída por manchas de resinosas introduzidas pelos Serviços Florestais em áreas públicas.

Os soutos, tradicionalmente utilizados para produção de fruto, proporcionam no fim da sua explorabilidade ou em podas culturais periódicas madeira de castanho muito apreciada para a construção de mobiliário.

A densa rede de galerias ripícolas e os bosques que lhe estão associados representam, onde é possível a sua exploração, uma fonte bastante significativa de produção lenhosa, devido à disponibilidade de água durante todo o ano e portanto a altas taxas de crescimento das espécies que aí se desenvolvem: essencialmente o amieiro, o choupo e o freixo, sendo a sua madeira utilizada quer para lenha, quer para fins mais nobres.

A par de actividades mais tradicionais e conciliáveis com a floresta como a pastorícia e a cinegética, tem surgido nos últimos anos um aumento da recolha de cogumelos espontâneos, havendo já redes organizadas de recepção e exportação, constituindo uma importante fonte de rendimento para algumas populações locais.

Apesar dos rendimentos obtidos directa ou indirectamente da floresta autóctone serem muito avultados não são quantificáveis economicamente por assentarem, como foi já referido, numa economia tradicional onde não existe qualquer tipo de contabilização.

O uso múltiplo da floresta é indubitavelmente a forma mais correcta e sustentável de explorar este recurso garantindo-se assim a sua perpetuidade.

3.3. Património histórico – cultural

Os vestígios mais antigos de ocupação humana na área do Parque Natural de Montesinho remontam ao fenómeno megalítico (mamôa de Donai), embora a realização de prospecções sistemáticas possa revelar uma ocupação pré – histórica mais antiga.

A lorga de Dine é uma cavidade funerária, ocupada durante o Calcolítico e a Idade do Bronze, que poderá revelar-se uma importante chave interpretativa da ocupação deste território durante a Pré – História Recente. Achados esporádicos, como o do esconderijo de fundidor de Valbom – Deilão, constituído por um machado de talão e seis braceletes em bronze, e atribuível ao Bronze Final, contribuem também para o conhecimento, ainda que incipiente, desta fase final da Pré – História.

O povoamento proto – histórico documenta-se nas cerca de três dezenas de povoados fortificados (castros) implantados em castelos graníticos, nos cumes altos dos contrafortes montanhosos, em cabeços destacados no interior de planaltos ou nos relevos em esporão distribuídos ao longo dos vales fluviais. O território destes povoados abrange uma diversidade de recursos naturais que permite aos seus habitantes, pertencentes ao povo dos Zoelas, reunir as melhores condições para a prática de uma economia agro-silvo-pastoril.

O processo de romanização implicou mudanças estruturais na organização indígena do espaço. Alguns dos antigos castros foram abandonados e surgiu uma rede diversificada de habitats integrados na *Civitas Zoelarum*. A nova rede de povoamento está em relação com a intensificação das actividades agrícola e mineira e com a criação da via XVII do Itinerário de Antonino, cujo traçado norte se desenha junto ao limite meridional do Parque, passando pela sede da *Civitas* dos Zoelas, identificada com Castro de Avelãs.

A ocupação germânica parece ter desarticulado a organização administrativa romana deixando esta região entregue ao seu isolamento, favorecendo a consolidação dos laços comunitários que permitiram a sobrevivência de algumas comunidades a que se refere a documentação medieval mais antiga.

As políticas régias da I dinastia portuguesa reflectiram-se, sobretudo, na consolidação das fronteiras e na reorganização do povoamento e dos territórios. Fomentou-se a organização concelhia – D. Sancho I concede foral a Bragança (1187), D. Afonso III a Vinhais (1253) e D. Dinis a Paçó (1310) e a Lomba (1311 e 1324) – criam-se as vilas novas de Vinhais e S. João de Lomba e construíram-se castelos em Bragança e Vinhais.

As inquirições de 1258 documentam a presença senhorial na região do mosteiro cisterciense leonino de S. Martín de Castañeda e do mosteiro beneditino de Castro de Avelãs que, apesar das usurpações aos domínios realengos, jogaram importante papel nest reorganização do povoamento.

A passagem à Época Moderna não se identifica com grandes obras ou edifícios , mas nos séculos XVII e XVIII assiste-se a grande afã construtivo um pouco à semelhança do que se passa por toda a província de Trás-os-Montes. Erguem-se solares e capelas e constroem-se ou renovam-se igrejas cujo interior se reveste de talha dourada. Com as Guerras da Restauração sucederam-se constantes actos retaleatórios ou punitivos entre as aldeias raianas, em ambos os lados da fronteira, marcados por incêndios, saques e destruições deixaram fortes marcas de devastação e muitas histórias, tal como hoje permanecem as relativas aos reflexos da Guerra Civil Espanhola.

Com o advento das reformas administrativas liberais, do início do século XIX, extinguem-se os concelhos de Lomba e Paçó e o território do Parque Natural de Montesinho passa a repartir-se entre os concelhos de Bragança e Vinhais.

II – Potencialidades para o Turismo de Natureza

1* Potencialidades e recursos

1.1* Enquadramento nas principais potencialidades e características da AP

Objectivos: identificação das potencialidades a serem desenvolvidas em termos de Turismo de Natureza

A elaboração do Enquadramento Estratégico para o Turismo de Natureza no PNM requer, de uma forma aprofundada, um reconhecimento e uma identificação das potencialidades e dos recursos turísticos existentes em toda o Parque.

Toda esta Área Protegida oferece um extenso conjunto de potencialidades e recursos turísticos, que podem dar resposta à diversificada procura do Turismo de Natureza.

Começamos por salientar que o PNM se situa numa região privilegiada, espaço compartilhado por Espanha e Portugal, devido à sua *proximidade com outras Áreas Protegidas de profundo valor turístico*, designadamente o *Parque Natural del Lago de Sanabria y alrededores* e a *Reserva Regional de Caza de la Serra da Culebra* que constituem uma das regiões mais conservadas da Península Ibérica quer do ponto de vista natural, quer arquitectónico e cultural.

A **riqueza paisagística** desta Área é um exemplo pleno da integração do homem com o meio, resultando numa ocupação harmoniosa de todo o PNM. A complexidade geológica, climática e orográfica que caracterizam o PNM, em conjugação com a acção humana desenvolvida através dos tempos, permitiram a ocorrência nesta Área Protegida de uma elevada diversidade de vegetação e flora. Esta riqueza advém-lhe das imensas matas de carvalhos (carvalho negral – *Quercus pyrenaica*), de sardoais (*Quercus rotundifolia*), de soutos de castanheiros (*Castanea sativa L.*), de bosques ripícolas e de lameiros ou prados naturais de composição florística variada. Esta riqueza e variedade paisagística é, sem dúvida, um valor natural indissociável do Turismo de Natureza.

Uma viagem neste Parque Natural, no seio de um meio protegido, é certamente uma aventura excitante e plena de contrastes numa paisagem que se desdobra em serras e vales de cores que variam ao longo das estações do ano. A **observação destes valores naturais** ligados aos usos e costumes das populações, conferem e transmitem um sentido de “identidade de espaço” que cada vez mais atrai fluxos turísticos. Neste contexto, os **percursos pedestres interpretados** apresentam-se como uma actividade destacada para a contemplação da natureza.

Os desportos de natureza, podem encontrar no PNM, mas com algumas restrições, um local ideal para a sua realização. Para além do desporto de natureza, quem visitar o PNM pode também usufruir de outros **serviços e actividades de animação** (núcleos museológicos, serviços de visitas guiadas...), destinados a proporcionar um contacto directo, adequado e saudável com o património natural e cultural da Área Protegida.

No que se refere ao **património histórico - cultural**, o PNM tem patente, um pouco por toda a área, diversos pontos de interesse. Relativamente ao património histórico edificado, o PNM possui uma diversidade monumental, que vai desde os testemunhos arqueológicos (megalíticos, romanos, medievais...), passando pelas edificações religiosas (igrejas, capelas, cruzeiros...), até aos aglomerados habitacionais implantados em vales abertos, ou a meia encosta ou, extraordinariamente, nos topos de cabeços, onde sobressai a construção com a utilização de materiais regionais.

As *festas, feiras e romarias* fazem parte integrante de toda esta Área Protegida, na sua grande maioria associadas a acontecimentos religiosos. A existência destes elementos culturais de inigualável importância (nomeadamente as festas de fronteira, as “festas dos rapazes” ou de Sto Estevão, cuja origem se perde nos tempos, mas que mantém afincadamente vivo um tradicionalismo muito curioso, assim como tem por finalidade significar a passagem ao estado adulto do jovem), demonstram cada vez mais ter influência no número de pessoas que atraem, abrindo a possibilidade de se estabelecerem complementaridades entre o Turismo de Natureza e o Turismo Religioso/e ou Cultural. Um dos grandes atractivos turísticos é sem dúvida o *artesanato*. A arte popular nesta região é uma constante. O artesanato revela-se na produção de utensílios de trabalho e de entretenimento dando forma e consistência a uma infinidade de objectos, como as charruas, as máscaras, os cestos de verga, palha ou silva, as mantas e as tapeçarias de linho, entre outros. É um potencial turístico a revitalizar.

O património natural do PNM está associado à qualidade dos *produtos regionais* existentes, como o comprovam a certificação de alguns produtos que possuem características únicas e qualidade incomparáveis. É de salientar o mel, a castanha, a carne de qualidade reconhecida (Mirandesa e Cordeiro Bragançano) e o rico e variado fumeiro regional, que devidamente inseridos vão de encontro à formatação do produto Turismo de Natureza (que se quer integrante e diversificado).

A promoção, divulgação e dinamização das *raças autóctones* do PNM (Suínos de raça Bísara, Ovinos da raça Churra Galega Bragançana e os Bovinos de raça Mirandesa) pode efectuar-se aquando da realização ou participação em um maior número de feiras regionais e assim, verificar-se um aumento da procura deste potencial produto atractivo.

No domínio da *gastronomia*, de certa forma interligado com os produtos anteriormente mencionados, designada como variada e original, salienta-se na famosa cozinha desta zona a já afamada Posta Mirandesa, o diversificado fumeiro de alheiras, azedos, chouriças, salpicões e butelos acompanhados das cascas (vagens de feijão seco cozidas). Resultando desta abundância de fumeiro, por ocasião das festas pascais, o foliar – pão de ovos recheado de enchidos. Não esquecendo as saborosas trutas, bogas e o escalo, podemos certamente finalizar este cem número de iguarias com a doçaria tradicional de sonhos de abóbora, tartes de castanha, económicos ou súplicas.

Deveria ser reflectida uma forma de actuação estratégica que pudesse ser favorável aos que comercializam os produtos tipificados como “regionais” e incentivar aqueles que quisessem fazer parte da rede de oferta gastronómica regional.

As opções gastronómicas são variadas e de qualidade, mas carecem de uma determinada organização e regulamentação de forma a poderem ser inseridas em rotas gastronómicas.

Uma outra componente ligada à actividade turística e que condiciona a procura de qualquer visitante, é o *alojamento turístico*. No PNM a oferta de alojamento turístico, baseia-se na modalidade de alojamento de casas de natureza , e em menor número na modalidade de turismo em espaço rural. Este tipo de alojamento já é reconhecido pelos visitantes desta Área, como um alojamento de qualidade, mas não de quantidade capaz de responder às diversas solicitações efectuadas a esta Área Protegida.

1.2* Especificação dos principais recursos

2.* Modalidades de Turismo de Natureza

2.1* Alojamento

Objectivos:

* Dotar a AP de uma rede de oferta de alojamento nas modalidades de “Casas de Natureza” e “Turismo em Espaço Rural”, potenciando o aparecimento de novas PME e postos de trabalho:

- promover a instalação e o funcionamento dos diferentes serviços de hospedagem em casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural;
- promover a instalação e o funcionamento de “casas de natureza” como infra-estruturas de alojamento que, não sendo únicas nas AP, delas são exclusivas;

- Contribuir para a preservação, recuperação e valorização dos elementos do património construído existentes, designadamente através do aproveitamento de casas ou outras construções tradicionais, passíveis de integração nas modalidades de alojamento consignadas no PNTN, sempre numa óptica de integração com o meio envolvente;
- Contribuir para a qualificação e diversificação da oferta turística;
- Contribuir, de uma maneira geral, para o desenvolvimento sustentável da região.

Aspectos a considerar:

É notório que a dotação de uma rede de oferta de alojamento turístico (com possibilidades de expansão), detém um papel importantíssimo no desenvolvimento e na dinamização da Área, e possui um elevado valor na criação de um produto de valorização turística e ambiental.

Reconhecendo estes e outros benefícios, convém salvaguardar o seguinte:

- os projectos de alojamento turístico devem ser concebidos na óptica do desenvolvimento sustentável e de modo a integrar a lógica do produto Turismo de Natureza;
- a localização das actividades e instalações turísticas, nomeadamente das unidades de alojamento turístico, deverá obedecer a critérios de ordenamento que evitem a pressão em áreas sensíveis, respeitando as capacidades de carga do meio natural e social;
- todo e qualquer projecto de alojamento turístico deverá obedecer criteriosamente ao enquadramento legal em vigor e estipulado para esta modalidade.

Unidades de alojamento contempladas

*** Tipologia e definição:**

De acordo com o estipulado no n.º 1 de artigo 2º do Decreto - Lei n.º 47/99, o Turismo de Natureza compreende os serviços de hospedagem prestados em:

- a) Casas e empreendimentos turísticos de turismo em espaço rural – *TER* (DL 169/97 de 4 de Julho; DR 37/97, de 25 de Setembro)

- b) Casas de Natureza:
 - Casas – Abrigo;
 - Centros de acolhimento;
 - Casas – retiro.

*** Situação actual:**

a) Casas e empreendimentos turísticos de Turismo em Espaço Rural:

Nome: Moinho do Caniço

Localidade: Ponte de Castrelos

Concelho: Bragança

b) Casas de Natureza:

i) Casas –abrigo

- Pontões de Dine
- Rio Sabor (Concelho de Bragança – Freguesia de França)

ii) Centros de Acolhimento:

- Centro de Acolhimento da Lama Grande

iii) Casas – retiro

- Montesinho (Concelho de Bragança – Freguesia de Montesinho);
- Lama Grande – Casoto (Concelho de Bragança – Freguesia de Montesinho);
- Moimenta (Concelho de Vinhais – Freguesia da Moimenta);
- Montouto (Concelho de Vinhais – Freguesia de Montouto);
- Termas do Tuela (Concelho de Vinhais – Freguesia de Santa Cruz)

c) Outras modalidades de alojamento:

- Parques de Campismo

- Parque de Campismo Municipal “Sobre Águas” (Concelho de Bragança – Freguesia de Meixedo)
- Parque de Campismo de iniciativa privada “Cepo Verde” (Concelho de Bragança – Freguesia de Gondesende)

Estratégia:

A estratégia que se pretende levar a efeito no que respeita ao alojamento turístico no P.N.M. (cujos locais de intervenção serão previamente definidos, tendo por base o Plano de Ordenamento e as classes de zonamento nele definidas) passará pela colaboração das autarquias e outras entidades locais, assim como pela participação da população/privados.

Neste sentido, implementar-se-ão medidas respeitantes à forma de gestão das estruturas de alojamento, de modo a diminuir o investimento e a gestão públicas, através de concessões a privados, de património actualmente gerido pelo parque e sensibilizando-se outras entidades, nomeadamente privados, para um efectivo investimento nesta área do alojamento e em outras áreas, nomeadamente em actividades de animação, recreio e lazer.

Pretende-se assim, contornar dificuldades de uma gestão centralizada no Parque Natural, dado o aumento de procura e as necessidades cada vez mais pesadas que não permitem atempadamente, procurar soluções que prevejam o efectivo aumento de recursos humanos e materiais para fazer face a este cenário.

Ao mesmo tempo contribuir-se-á para um eventual desenvolvimento de iniciativas locais, bem como para a criação de emprego e diversificação do tecido económico.

2.2* Animação Ambiental

Objectivos:

- Contribuir para a descoberta e fruição dos valores naturais e culturais das AP;
- Contribuir para a revitalização dos produtos artesanais tradicionais, em particular os produtos de qualidade legalmente reconhecida, e das manifestações sócio – culturais características das AP, bem como do seu meio rural envolvente;
- Contribuir para a realização de tarefas ligadas às actividades económicas tradicionais ou à conservação da natureza;
- Contribuir para a promoção do recreio e do lazer;
- Contribuir para a atracção de turistas e visitantes, nacionais e estrangeiros, ou constituir um meio para a ocupação dos seus tempos livres ou para a satisfação das necessidades ou expectativas decorrentes da sua permanência na AP.
- Respeitar as áreas condicionadas ou interditas de acordo com os instrumentos de gestão territorial em vigor e com os diplomas de criação e de reclassificação das AP;
- Respeitar as zonas sensíveis ao ruído e à invasão dos seus territórios, bem como as zonas vulneráveis à erosão;
- Respeitar as regras e recomendações constantes do código de conduta;
- Não estarem próximos de estruturas urbanas ou ambientais degradadas, com excepção das já existentes ou a construir quando se enquadrem num processo de requalificação urbana ou ambiental;
- Possuir projecto aprovado pelas entidades competentes para o efeito, quando exigível;

2.2.1* Animação

Objectivos:

- Dotar o PNM de infra-estruturas e meios que permitam promover as actividades de animação que se destinem à ocupação dos tempos livres dos visitantes e que contribuam para a divulgação do património natural e cultural, bem como para a qualificação e diversificação da oferta turística;
- Promover, ordenar e regular a prática das actividades e serviços e a implementação das instalações de animação no PNM, em conformidade com os objectivos fundamentais consagrados no Plano de Ordenamento, que visam a salvaguarda dos recursos naturais e culturais e a promoção do desenvolvimento sustentável da região;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população residente, mediante, designadamente, a oportunidade de valorizar os seus próprios produtos e promover os seus valores culturais e, por arrastamento, de proporcionar a criação de rendimentos complementares;
- Contribuir para fixação da população nas aldeias;
- Promover a recuperação de património construído;
- Criar alternativas atractivas noutras áreas do Parque por forma a diminuir a pressão sobre áreas de maior interesse turístico que muitas vezes são coincidentes com as áreas de maior sensibilidade ambiental;
- Pretende-se contribuir para uma ordenação do turismo e do recreio e para o desenvolvimento sustentável da Área;
- Pretende-se que estas actividades tenham o envolvimento da população e dos agentes locais.

Actividades que podem vir a ser contempladas:

O PNM não possui uma rede de oferta de serviços e actividades de animação que vá de encontro às diversas solicitações e à lógica da componente integrante de Turismo de Natureza. Assim, seriam passíveis de serem contempladas as seguintes actividades:

- A gastronomia;
- Os produtos tradicionais e regionais;
- As artes e ofícios tradicionais da região;

- As festas, feiras e romarias;
- Expedições panorâmicas e fotográficas;
- As rotas temáticas (salvaguardando sempre a conservação da natureza);
- Os passeios pedestres e de bicicleta (salvaguardando sempre a conservação da natureza);
- Os passeios em veículos todo o terreno (salvaguardando sempre a conservação da natureza)
- Os jogos tradicionais (salvaguardando sempre a conservação da natureza e quando se realizem eventos que os integrem)
- Pólos de animação
- Parques de merendas

Estratégia:

O papel do PNM passará por:

- Acompanhar os projectos que visem a instalação e/ou recuperação de pequenas estruturas de apoio às actividades de animação, como por exemplo: parques de merendas, zonas de jogos tradicionais, etc;
- Promover a elaboração e exploração de circuitos temáticos e de passeios;
- Estabelecer percursos pedestres, incluindo a sua divulgação e sinalização;
- Apoiar as iniciativas de animação que se dediquem à recriação das actividades e modos de vida tradicionais, tendo em conta a protecção das áreas de maior sensibilidade ambiental;
- Participar e fomentar a realização de um maior número de feiras que se destinem à divulgação dos produtos e tradições da Área;
- Apoiar iniciativas de animação que incluam serviços de hospedagem dentro da Área, mas tendo sempre em conta o decreto regulamentar do PNM e a conservação da natureza;
- Privilegiar os projectos que envolvam a participação da população e agentes locais, quer sob a forma de participação directa através de acções concretas de iniciativa privada associados à implementação de actividades, serviços e instalações de animação, quer sob a forma de concessão dessas mesmas modalidades;

Aspectos a potenciar no P.N.M.:

Passeios a pé e de bicicleta devidamente organizados, os quais possibilitem o acesso a locais que não seria possível aceder com outros meios de transporte, e que permitam a observação da riqueza faunística e florística do P.N.M.

Passeios de descoberta, através da elaboração de roteiros temáticos ligados à gastronomia, produtos locais, património cultural (lagares, forjas, pombais...), à água (moinhos de água), à geologia, à história e arqueologia...

Realização de eventos e exposições associados à temática ambiental.

Dinamização e promoção de festas, feiras e romarias.

Integração do artesanato e dos produtos tradicionais em circuitos temáticos, tais como: máscaras de madeira, de latão, cestaria de vime, de verga, de palha e casca de silva, tecelagem em lã e em linho, miniaturas de carros de bois e outras alfaias agrícolas e integração em locais tradicionais, como lagares, forjas...

2.2.2.* Interpretação Ambiental

Objectivos:

- Contribuir para a “descoberta” dos valores naturais, históricos e culturais, mas de uma forma que se ajuste às características da Área Protegida;
- Contribuir para um desenvolvimento ecologicamente sustentável da Área, rentabilizando de forma adequada os seus recursos naturais e humanos;
- Ordenar a visita e o acesso à Área Protegida, salvaguardando os seus valores naturais e culturais;
- Divulgar os valores do património cultural e natural;
- Pretende-se sensibilizar os visitantes e a população residente para a conservação do património natural e cultural.

Actividades que podem vir a ser contempladas:

(Tendo sempre com base a conservação da natureza)

- Pólos de recepção;
- Centros de interpretação;
- Percursos interpretativos;
- Núcleos ecomuseológicos;
- Sítios/monumentos musealizados;
- Iniciativas e projectos sem instalações físicas de carácter periódico ou esporádico – actividades temáticas de animação e de educação ambiental; voluntariado, campos de trabalho.

Estratégia:

O PNM dispõe de algumas estruturas (estruturas tradicionais recuperadas, núcleos museológicos) que se enquadram na tipologia de modalidades de interpretação, mas que não têm sido rentabilizadas da melhor forma, devido à escassez dos recursos humanos e financeiros. Este património está:

- sob gestão directa, na sua maioria, pelo PNM, salientando que os agentes locais têm tido uma intervenção/participação quase nula,
- muito disperso, devido à extensão da Área;
- espalhado no espaço PNM e não existe uma interligação necessária à sua dinamização.

Assim, o PNM deverá:

- Potenciar a animação das estruturas do património construído comunitário recuperado, recorrendo a actividades culturais e/ou outras de modo a diversificar os núcleos de interesse, dando a conhecer formas de vivência tradicionais;
- Privilegiar as actividades e estruturas que dignificam o património natural, histórico e cultural, de forma a poder promover as actividades económicas tradicionais da Área;

- Definir os potenciais locais próprios para a instalação das diversas estruturas e actividades quer de interpretação ambiental, quer de animação, tendo sempre como base o Plano de Ordenamento e as classes de zonamento nele definidas;
- Elaborar uma divisão estratégica dessas estruturas e actividades, de forma a ordenar o acesso e as visitas, evitando ou reduzindo a entrada em zonas de maior sensibilidade ambiental;
- Potenciar a existência de uma rede de infra estruturas que se complementem, realçando a actividade de interpretação, sensibilização e educação ambiental.

2.2.3.* Desporto de Natureza:

Objectivos:

- Ordenar e regular a prática de actividades desportivas e recreativas no PNM, mas salvaguardando a existência dos valores naturais e culturais, assim como ter por base o Decreto Regulamentar da Área Protegida;
- Melhorar qualitativamente a prática desportiva e dotar os agentes turísticos e praticantes de conhecimentos ambientais mais alargados e de práticas ajustadas;
- Promover condições para uma prática desportiva com segurança;
- Potenciar o aparecimento de entidades privadas que aglutinem os potenciais utilizadores, criando uma rede de interlocutores que possam responsabilizar-se pelas diferentes actividades, melhorando consequentemente a capacidade de gestão da AP.

Actividades que podem vir a ser contempladas:

(Tendo sempre com base a conservação da natureza)

- Pedestrianismo;
- Passeios Equestres;
- Circuitos em BTT;
- Orientação;
- Canoagem;
- Hipismo;
- Pesca Lúdica.

Estratégia:

O PNM deverá traçar um conjunto de linhas estratégicas através de um Regulamento de Actividades Desportivas e Recreativas do PNM, de forma a poder:

- Determinar as condições da prática das diferentes actividades desportivas e recreativas, no que diz respeito aos locais e às épocas do ano em que essas podem ser realizadas, assim com enumerar a respectiva capacidade de carga;
- Responsabilizar os agentes e praticantes, consoante o zonamento estabelecido e o tipo de actividade ou modalidades em causa;
- Diminuir a pressão sobre áreas com maior sensibilidade ambiental;
- Dotar os agentes turísticos de conhecimentos ambientais mais alargados e melhorar a prática qualitativa das actividades;
- Elaboração da Carta de Desporto de Natureza, especificando para cada uma das actividades e modalidades as condições em que cada uma pode ser realizada. Este documento normativo tem por base:
 - *Zonamento*: adequar a prática desportiva aos locais;
 - *Responsabilização*: introduzir diferentes níveis de responsabilização aos agentes e praticantes, consoante o zonamento estabelecido e o tipo de actividade ou modalidade em causa;
 - *Flexibilidade*: ajustar as práticas desportivas às épocas do ano e aos espaços tendo em conta a conservação da natureza.
- Promover e divulgar as pequenas empresas locais, sempre que estas reünam as condições técnicas e conceptuais adequadas;

3.* Implicações complementares:

- *A promoção e marketing* (estratégia a ser desenvolvida em conjunto com os órgãos de turismo local e nacional), os quais deverão passar pela elaboração de material escrito e oral de inquestionável qualidade quer semântica, quer artística e técnica. Este material deverá fornecer aos visitantes toda a informação sobre os equipamentos de apoio existentes , assim como dos produtos turísticos disponíveis e as suas condições de usufruto e realçar todos as informações alusivas à conservação da Natureza;

- Sistema coordenado de *sinalização* (turística e viária) que, constituindo, muitas vezes, o primeiro contacto visual influí directamente na percepção dos visitantes e deve permitir uma correcta orientação na exploração do destino;
- Deverá ser implementado um conjunto de *iniciativas de promoção* como por exemplo: divulgação dos eventos na imprensa local e regional; organização de palestras e colóquios; participação em Salões e Feiras de Turismo); participação em Feiras de Artesanato e Festivais Gastronómicos e promoção de concursos de fotografia e pintura sobre o Mundo Rural e Conservação da Natureza;
- Edição de um Guia de Turismo de Natureza e respectivo Código de Conduta, que informe os visitantes acerca dos equipamentos de apoio existentes, os produtos turísticos disponíveis, as condições do seu usufruto e os aspectos particulares relacionados com a conservação da natureza;

3.1.* Formação Profissional:

A qualidade do factor humano constitui, sem dúvida, condição indispensável no desenvolvimento de uma política coerente de turismo interno. A qualificação do factor humano, que passa obrigatoriamente pela *formação e qualificação profissional*, deveria ser pensada de modo a abranger todas as partes interessadas, nomeadamente os órgãos da administração local, os órgãos de turismo locais, as associações de desenvolvimento local, o PNM, os responsáveis pelo sector empresarial ligado ao turismo, em suma, todos os agentes que se relacionem com o turismo.

É de salientar que nesta região, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tem vindo a realizar cursos ligados à área de turismo, como exemplo o curso de Turismo de Descoberta ou o curso de Guias da Natureza. Na Escola Profissional Prática Universal de Bragança existe desde 1992 o curso de Turismo/Profissionais de Informação Turística. Ao nível do Ensino Superior, o Instituto Politécnico de Bragança abriu recentemente o curso de Ciências de Desporto e Lazer e no seu polo de Mirandela já existe há dois anos o curso de Planeamento e Gestão em Turismo.

É notório o esforço que esta região tem desenvolvido no âmbito da qualificação de recursos humanos, no entanto consideramos que seria necessário a elaboração de um plano de formação específica na área de turismo.

3.2.* Criação de micro e pequenas empresas locais:

Nos objectivos da implementação de uma política coerente de valorização das potencialidades turísticas no P.N.M., e como nos informam os próprios objectivos do PNTN (Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, n.º 7, J) e I)), devem ainda ter-se em conta o seguinte:

- incentivar a criação de micro e pequenas empresas de serviços de alimentação e bebidas e de animação turística, particularmente as iniciativas endógenas que promovam o desenvolvimento e as relações de proximidade entre as populações e os turistas;
- incentivar o aparecimento de novas profissões e actividades na área do turismo mais aliciantes à fixação dos jovens